



Conferência Nacional da Mulher Rural

“Ampliando Vozes, fortalecendo o Movimento das Mulheres Rurais para Defesa da Terra, Recursos Naturais e Sementes”

Maputo, 2019

Ficha Técnica

Titulo: Boletim Informativo Especial

Propriedade: Fórum Mulher- Coordenação Para a Mulher no Desenvolvimento

Coordenação editorial: Aida Nhavoto e Clemente Ntauaze

Revisão Linguística: Evaristo Sérgio Taimo

Fotografias: Aida Nhavoto e Clemente Ntauazi

Coordenação Geral: Nzira de Deus e Catarina Magaia

Nº de registo: 001/GABIFODG/1998

Maquetização e Layout: Aida Nhavoto

Data de impressão: Outubro de 2019

Financiamento: OSISA e Actionaid Moçambique

Parceiro de Implementação: LeMusica e Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais

Bairro da Malhangalene, Rua Vila Namwali, N° 246, Maputo,

Contactos: +258 21414189/ Telf: +258 82 3113920/ 843113920 Fax: +258 21414037

Website: <http://forumulher.org.mz/>

Editorial

Moçambique tem 27.128.530,00 habitantes, dos quais 14.022.083,00 são mulheres, representando 52% da população moçambicana (INE, 2016). Consta-se que 90% das mulheres que estão em idade activa trabalham no campo, tendo a agricultura como fonte de subsistência familiar. Os direitos da mulher à terra estão retratados na actual Constituição da República de Moçambique e em demais leis e preceitos vigentes no país, tais como a Lei de Terras e políticas de género, do Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (2005). Igualmente, são retratados em políticas intergovernamentais a título das Diretrizes Voluntárias da FAO, dos Princípios de Investimento na Agricultura e da Agenda 2063 da União Africana: “a África que queremos”, no qual se diz que a “mulher terá acesso a recursos produtivos incluindo a terra”, sem fazer menção aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam “não deixar ninguém para trás”.

No entanto, apesar de todo o aparato jurídico e de políticas nacionais e internacionais a favor da mulher, esta enfrenta desafios no acesso e controlo da terra para agricultura. Actualmente, dos 97% das explorações agrícolas existentes apenas 25% são chefiadas por mulheres, embora seja claro que a mulher é quem trabalha a terra. Estas dinâmicas ocorrem devido à (i) existência de relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, (ii) a dinâmicas culturais e de género numa sociedade patriarcal, (iii) ao fraco reconhecimento dos direitos das mulheres no acesso à terra por parte do governo e dos actores privados, (iv) à

pressão sobre a terra por grandes investimentos que vêm crescendo exponencialmente em Moçambique.

Neste contexto, o Fórum Mulher (FM) e o Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR) são plataformas que desde 2008 têm juntado sinergias para levar a cabo acções de advocacia em defesa dos direitos das mulheres. Realizaram nos dias 2 e 3 de Outubro, de 2018, em Chimoio, a primeira Conferência Nacional das Mulheres Rurais sob o lema “*Ampliando Vozes, fortalecendo o Movimento das Mulheres Rurais para Defesa da Terra, Recursos Naturais e Sementes*” com objectivo de identificar principais demandas, desafios e mecanismos alternativos face aos problemas enfrentados pelas trabalhadoras da terra; criar espaço de intercâmbio entre as mulheres das diferentes províncias para a partilha de estratégias de lutas em defesa dos seus direitos à terra, territórios e sementes e, por fim, documentar histórias de vida das mulheres rurais, lutas, resistências e alternativas construídas para defesa dos seus direitos.

A Conferência contou com a presença de cerca de 100 mulheres rurais, representando todas as províncias a nível nacional e uma delegação da Assembleia das Mulheres Rurais do Zimbabwe (RWA).

Foi neste contexto em que se elaborou o presente Boletim informativo Especial. Um documento que contém as narrativas das mulheres rurais registadas durante este evento organizado pelo Fórum Mulher e FOMMUR em parceria com a Lemusica na Província de Manica, com o apoio da Action Aid, Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) e Oxfam Pan

Africa. Nele são apresentadas as principais demandas, desafios e mecanismos alternativos face as barreiras enfrentadas pelas mulheres rurais para efectivo alcance dos seus direitos.

Num primeiro momento, trazemos uma reflexão sobre o quadro legal nacional, uma viagem entre o que existe em termos de instrumentos legais e a realidade desta classe trabalhadora. Mais adiante abordamos sobre um cenário actual que se tem colocado como um desafio para as mulheres rurais, falas que reflectem as expectativas e anseios que elas têm em relação à descoberta de recursos minerais no país.

Mais abaixo, trazemos uma reflexão sobre os desafios e oportunidades que se colocam no quotidiano das trabalhadoras da terra. Portanto, o presente suplemento busca resumir a primeira conferência nacional das mulheres rurais.

Convidamos ao caro leitor a mergulhar nesta leitura sobre as trabalhadoras da terra, e aguardamos pelos seus preciosos comentários para a melhoria deste trabalho.

Votos de óptima leitura!

www.ine.gov.mz

<http://www.fao.org/nr/tenure/voluntary-guidelines/en/>

<http://agenda2063.au.int/> African Union (2015) “Agenda 2063: The Africa we want” Natural goods –from the community perspective in Mozambique it refers to Water, land, forest and other elements available in the nature.

Quadro institucional sobre acesso a terra em Moçambique:

“O direito das mulheres á terra é exercido no papel”, Flaida Macheze, oficial de programas na UNAC



Moçambique possui instrumentos, políticas e programas que asseguram e reconhecem os direitos da mulher à terra, como meio de produção de riqueza e bem-estar social.

A Política Nacional de Terras (1995) estabelece princípios que visam garantir os direitos do povo moçambicano à terra, assim como promover o investimento e o uso sustentável e equitativo deste recurso. Estes princípios baseiam-se no facto de que a terra constitui um factor de identidade, integração e estabilidade social e cultural, e que é também um elemento-base para o desenvolvimento das actividades económicas. A Lei de Terras tem maior impacto sobre as questões de género, tendo sido por isso sujeita à revisão em 1997, razão pela qual Moçambique é frequentemente referido como tendo uma das leis de terras mais progressistas e sensíveis ao género, ao nível da África Austral. Esta lei estabelece a igualdade de direitos no acesso e no

uso da terra para homens e mulheres.

Este quadro legal e institucional reconhece oficialmente as mulheres como cotitulares de terras, assegurando-lhes o direito de participar em processos de tomada de decisão. Além disso, a lei proporciona às mulheres a oportunidade de anunciarem o seu interesse pela terra e adoptar os

“Mesmo com o quadro institucional favorável, as mulheres ainda têm um acesso, posse e controlo limitado da terra.”, disse Flaida.

papéis de liderança.

Contudo, para Flaida Macheze, oficial do género da UNAC e membro do Fórum Mulher, apesar deste quadro legal defender a mulher, a realidade é diferente porque o acesso e controlo da terra pela mulher continua limitado. “Há Dados da Direcção Nacional de Terras de 2015, que indicavam que apenas 20% dos titulares do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs) foram registados para mulheres, comparados aos 80% registados para homens. “Uma diferença muito grande”, disse Macheze.

“No âmbito da implementação do Programa Terra Segura, os DUATs estão a ser registados em nome dos homens e não das mulheres ou por co-titularização. Não há paridade de género”, acrescentou Macheze, tentando mostrar as fragilidades na implementação deste dispositivo legal.

Para Flaida, o acesso, posse e controlo da terra pelas mulheres está igualmente condicionado à disponibilidade de serviços públicos de informação, uma vez que estes são responsáveis pela difusão dos programas governamentais sobre o acesso à terra. E, embora o governo introduza programas como “TERRA SEGURA”, entre outros, cujo objectivo é assegurar a distribuição de DUATs às famílias camponesas de baixa renda, estes são pouco conhecidos pelas mulheres rurais, daí que o número de mulheres com DUATs continua insignificante.

Para terminar, a oficial do género recomenda que é importante desenhar programas de desenvolvimento agrário e sejam feitos trabalhos de consciencialização e partilha de informação, usando vias diferentes para garantir que cheguem a todos. No seu entender, esses programas devem ser veiculados em línguas nativas para permitir que todas os entendam.

Mineração: Oportunidades ou ameaças as trabalhadoras da terra



“A chegada dos megaprojectos seria uma oportunidade para as mulheres camponesas. Sendo elas que trabalham a terra, poderiam vender os seus produtos aos trabalhadores das empresas e, desta forma, dinamizar o comércio agrícola na comunidade”. Esta era a expectativa de Faustina Augusto Mwampalamula, presidente da União Provincial dos Camponeses de Cabo Delgado e membro do FOMMUR, quando soube da chegada de investimentos de exploração de recursos minerais na sua província.

No entanto, a realidade é diferente. Com a chegada dos investimentos na agricultura, as camponesas perderam as suas terras e outras foram reassentadas em zonas que, na maioria dos casos, têm sido inférteis e com limitado acesso a bens de produção, a espaços de comercialização, circulação de pessoas e aos serviços básicos como hospital e escola. “Quando alguém cai doente, dificilmente vai ao hospital. As mulheres dão parto em casa ou a caminho do Hospital. As nossas crianças não vão à escola, porque esta muito longe de onde vivemos. Fica a mais de 10 km”, disse Faustina.

A província de Cabo Delgado à semelhan-

ça de outras províncias acolhe megaprojectos que operam nas áreas de hidrocarbonetos e recursos minerais – extração de gás, de pedras preciosas como rubi respectivamente, através das empresas ANA-DARKO para exploração do gás e Rubi Mining.

Tal como a Faustina, Elisa Domingos, camponesa de Tete, também tinha muitas expectativas em relação à chegada de investimentos para exploração de recursos mineiras na província de Tete. Mas os investimentos além de expropriarem as comunidades das suas terras, os processos de reassentamentos não têm obedecido à lei, pois, ao invés de melhorarem as condições de vida das camponesas, colocam-nas em situações piores. “Na Província de Tete, a empresa Vale Moçambique realocou mais de 1000 famílias das suas zonas de origem para Cateme, sem mínimas condições de habitação. As famílias perderam as suas fontes de produção. Foram-lhes dadas casas pequenas, que não correspondem ao agregado familiar dos camponeses e com rachaduras, o que não oferece nenhuma segurança. Hoje em dia, os reassentados não usam aquelas casas”, contou Elisa.

“Em Moçambique, as normas dizem que os investidores devem realizar consultas comunitárias, porém não fazem e quando fazem não seguem rigorosamente os passos conforme escrito na lei”, queixou-se Rosa da Silva, membro da Associação de Mulheres Camponesas de Zambézia, quando falava da falta de consultas públicas, um outro elemento que não tem ajudado as mulheres. As consultas comunitárias têm sido usadas apenas para legitimar processos e não seguem o modelo previsto na lei. Nestes espaços, as mulheres, apesar de serem as maiores exploradoras da terra, pouco participam e as suas contribuições não têm sido consideradas.

Moçambique dispõe de vastas reservas e diversidade de recursos minerais com destaque para o carvão mineral, pedras preciosas e hidrocarbonetos que têm atraído investimentos nos últimos 10 anos. O avanço deste sector em adição ao do agronegócio constitui desafio para as comunidades camponesas, uma vez que suas operações exercem pressão sobre a terra, floresta, água e outros recursos naturais.

“Oportunidades e Desafios das Mulheres rurais no contexto dos megaprojectos: agronegócios e mineração”

Thandiwe Chiadalume, Assembleia das Mulheres Rurais do Zimbabwe



A nível mundial, as mulheres rurais representam a maior percentagem da população e Zimbabwe não é uma excepção. Os megaprojectos, o agronegócio e a mineração, bem como a procura de terras férteis por parte dos países do primeiro mundo têm pressionado muito a Africa, criando desta forma espaços para que as mulheres trabalhadoras da terra percam sua única fonte de renda, gerando um ciclo de pobreza, sobretudo, para as famílias chefiadas por mulheres que representam um número significativo.

Falando sobre o problema da terra, Thandiwe, activista e membro da Assembleia das Mulheres Rurais de Zimbabwe, disse que o problema da terra está em todo lado. Tanto em Zimbabwe como em Moçambique a lei existe, porém não é implementada. As mulheres rurais devem aproveitar as oportunidades já existentes, como o parlamento, para que as suas vozes sejam ouvidas.

A activista acredita que a mudança do cenário em que a mulher vive, dominado pelas desigualdades de gé-

nero, pode ser mudado se elas ocuparem cargos de tomada de decisão, se elas se assumirem como sujeitos políticos e agentes de mudança. Thandiwe sugere que as mulheres rurais devem fazer registo das suas acções e valorizar o trabalho em grupo. “Quando as mulheres protestam alguma coisa, devem ir em grupo porque ir sozinhas não poderá surtir o efeito desejado. Também devem saber registar os momentos quer por fotos ou por documento escritos como acta da reunião por várias razões. Primeiro, para ter todos os processos devidamente documentados e, segundo, para que os mesmos sejam possíveis de conservação para as gerações futuras e por precaução para questões legais”

“Devemos ser unidas como se fôssemos um ferro. Quando virmos uma outra mulher a ser violada, devemos levantar e ajudar e não ficar no silêncio. Nunca devemos ficar indiferentes ao sofrimento de outras mulheres. A dor das outras deve incomodar-nos; nos inspiremos nas formigas”, Thandiwe

recomendou.

Em Zimbabwe, as mulheres estão articuladas em movimentos das mulheres rurais. O movimento é composto por cinco organizações e todas articulam de forma conjunta, angariando fundos para a sustentabilidade do movimento. O movimento realiza várias

acções em defesa dos direitos da mulher, com foco no lobby e advocacia. Trata-se de uma advocacia para garantir o acesso da mulher à terra num contexto da reforma agrária no Zimbabwe. Portanto, a luta das mulheres pela terra no Zimbabwe é contínua.

À semelhança de Moçambique, as mulheres não dominam a legislação, pelo que há uma necessidade de sensibilizar a mulher para o conhecimento e domínio dos instrumentos normativos, principalmente os que defendem os seus direitos.

Thandiwe acrescentou que actualmente as mulheres rurais do Zimbabwe estão na luta pelo direito à herança, sobretudo, das machambas, de modo que as mulheres tenham uma pequena porção de que podem beneficiar. Igualmente sensibiliza outras mulheres para que tenham a sua produção quer na horta quer no sequeiro e a comercializar por si mesma.

Por último, Thandiwe apelou as mulheres para que sejam unidas, fortes e alinhadas para exercer melhor pressão. “Devemos ser unidas como se fôssemos um ferro. Quando virmos uma outra mulher a ser violada, devemos levantar e ajudar e não ficar no silêncio. Nunca devemos ficar indiferentes ao sofrimento de outras mulheres. A dor das outras deve incomodar-nos; nos inspiremos nas formigas”, apelou Thandiwe.

Exploração dos recursos naturais e participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão



O Estado moçambicano actualizou os seus dispositivos legais, incluindo aspectos ligados à gestão dos recursos naturais pelos membros das comunidades. No entanto, o grande desafio tem sido a integração das mulheres nesses espaços democráticos e de tomada de decisão.

Para HIKONE, uma organização da sociedade civil moçambicana activa na área da mineração, parceiro de implementação do Fórum Mulher, a inclusão da mulher nos processos de tomada de decisão é coberta por um sistema patriarcal que dá primazia ao homem, pois a mulher não tem voz, não tem direito à terra nem à opinião, alegadamente por estes direitos pertencerem exclusivamente ao homem.

“Apesar de haver mulheres nos comités de gestão de recursos naturais como integrantes, elas não têm voz activa e são impedidas de falar sobre o que mais lhes afecta, aspectos relacionados com o acesso à terra e aos recursos naturais como a lenha, rio e espaços para mineração artesanal”, explicou Márcia Carla, Assistente de Comuni-

cação.

Márcia acrescentou ainda que as mulheres que praticam a mineração artesanal não estão informadas sobre a lei de minas e das oportunidades para beneficiarem das licenças existentes. Elas não têm voz nem poder de decisão sobre os espaços que ocupam e correm constantemente o risco de serem retiradas das áreas onde praticam as suas actividades.

“Eu fazia parte de um comité de gestão de Recursos local na minha comunidade. Por ser mulher, o meu trabalho, junto de outras colegas, era de cozinhar para os homens nos dias que tínhamos reunião. E, no final, nos informavam sobre as decisões tomadas. Nunca nos deixavam participar. Diziam que era espaço para resolver problemas, e as mulheres não têm essa habilidade. Quando a reunião era noutra comunidade, quem ia participar eram sempre os homens”, revelou Maria dos Santos, camponesa de Nampula.

Verónica António, trabalhadora da terra em Barué, considera que a discriminação das mulheres encontra bases for-

tes nas políticas governamentais. *“O nosso próprio governo nos discrimina. No âmbito do projecto da Portucel, o governo deixou a Portucel arrancar as machambas das mulheres, deixando apenas aquelas que pertencem aos homens porque com estes podiam sentar para discutir e negociar, mas não fez o mesmo nas nossas machambas. Lamentavelmente, nós, as mulheres, não somos consideradas”,* desabafou.

Segundo Sheila Rafi, Directora Executiva da LIVANINGO, uma organização que trabalha para a promoção da justiça social e bem-estar comunitário, os comités de gestão são um mecanismo social que permite as comunidades de monitorar as actividades mineiras para o seu benefício. Inspirando-se no trabalho comunitário realizado em Maringue e Gorongosa, Rafi acrescentou que o maior número de comités é composto por homens, pelo que os órgãos de decisão são igualmente dominados por eles. *“As mulheres só existem nos comités para fazer número, pela necessidade de inclusão do género e por vezes só para legitimar os processos”,* disse.

Práticas culturais dificultam o acesso a terra pelas mulheres rurais



Augusta Fernando, camponesa da Província de Sofala, contou que quando as mulheres se juntam a um parceiro são ensinadas que devem trabalhar nas terras pertencentes a este. Infelizmente em África e particularmente em Moçambique, certos hábitos, costumes e crenças tradicionais retraem as mulheres de reivindicar os seus direitos. Nas comunidades rurais, por tradição o poder local está concentrado nas mãos dos homens. Isso faz com que as mulheres, mesmo estando nos órgãos de tomada de decisão ao nível local ou nacional, não se oponham às decisões dos homens, pelo contrário, legitimam-nas com medo de retaliação ou perda de cargo em exercício. *“Se uma mulher perde a sua terra, poucas vezes denuncia, isto porque o local onde vai denunciar é unicamente ou na sua maioria composto por homens. Este facto retrai qualquer atitude ou vontade dela*

em denunciar”. Explicou Flaida Macheze. Outra força que retrai a mulher rural em reivindicar a terra tem sido o próprio governo e as empresas privadas do ramo de agronegócio e de mineração aliadas ao governo do dia. Este grupo tem usurpado frequentemente a terra das camponesas mesmo que estas estejam a usar ou residir há mais de 10 anos.

Quando estas reivindicam pelos seus direitos, são ameaçadas, impedidas e apelidadas de antidesenvolvimento, ou seja, indivíduos que se posicionam contra o desenvolvimento local. Flaida explica que quando a mulher é tirada a sua terra, fica com trauma e produz o seguinte pensamento *“Haaa! A lei da terra prescreve que a terra é do Estado e, os que representam o Estado são esses que estão a me tirar a terra. Se eu reclamar não vai dar nada porque estaria a falar com as mesmas pes-*

soas”.

Nas comunidades rurais, principalmente nas regiões centro e sul do país, a mulher é considerada sexo fraco, um sujeito ao serviço do homem, embora se reconheça o seu papel inquestionável na edificação da família. O homem é considerado *galo da família* – as mulheres são sujeitas a obedecer o seu comando. Este nunca perde a terra, pode herdar a terra dos pais e manter sobre a sua custódia, e depois transferi-la para o seu filho e não filha com a justificativa de que ela irá casar-se um dia.

Achia Camal, Coordenadora da Lemusica e Vice-Presidente do Conselho de Direção do Fórum Mulher, disse que as decisões, dentro dos agregados familiares são geralmente tomadas pelo chefe da família que é o homem.

Face a isso, Achia concluiu que a Lemusica tem levado a cabo uma série de acções que concorrem para a defesa dos direitos da mulher e da rapariga no meio rural, das quais, traduzem-se em sensibilizações e divulgação da lei contra a violência, a lei da família e a lei de sucessões de modo que a mulher saiba os seus direitos.

Segundo dados do estudo “Direitos das Mulheres a Terra no Contexto da Pluralidade de Direitos” realizado pelo Fórum Mulher, apresentado pela Fláida Machaze, na região sul do país concretamente na ilha Josina, as mulheres têm maior conhecimento sobre a lei (da terra) quando comparado com as outras da zona norte. Dentre várias causas está a fraca disseminação das leis e o baixo nível de escolaridade.

Em relação à fraca disseminação das leis, Achia Camal defendeu que há uma disparidade percentual no

conhecimento dos direitos a terra entre homens e mulheres. “Ora vejamos: 45,9% representa o universo das mulheres que têm conhecimento sobre os seus direitos à terra, enquanto 54,1% representa os homens”. Relativamente ao baixo nível de escolaridade, Achia entende que a baixa taxa de analfabetismos nas mulheres tem-lhes constituído como grande barreira, pois o processo de busca de documentos exige que no mínimo a pessoa saiba ler e assinar, o que é difícil para as mulheres, principalmente as rurais.

Estes factores também limitam a participação da mulher em processos de tomada de decisão, assim como, a se expressar, dar opinião sobre a gestão da terra e de outros recursos naturais. “O acesso a informação é uma das principais ferramentas para a mulher usufruir dos seus direitos na totalidade”, frisou

Achia.

Outrossim, a falta do conhecimento sobre as leis provoca conflitos de natureza intradomiciliários, não obstante o Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) seja sempre registado em nome do homem, e este é um dos factores que leva a mulher a perder a herança e propriedade.

“Os nossos maridos poem tudo em seu nome porque dizem que nós não sabemos assinar, dai que queremos que o governo retome o programa de alfabetização e educação de adultos e nestes haja maior integração das mulheres. Nós queremos saber ler e escrever. Isso fará com que tenhamos palavras nos nossos lares”. Disse a Catarina Gaspar, camponesa da Associação das Mulheres Rurais em Nampula e membro do Fórum Mulher.



A Luta e Resistências das Mulheres Rurais em Defesa dos seus direitos



A luta do Fórum moçambicano das mulheres rurais (FOMMUR) em todas as suas formações político-feministas reflecte-se na forma como as mulheres rurais têm estado a organizar-se, as razões que as levam a organizar-se e de que forma podem fazer face aos desafios que lhes são impostos seu no dia-a-dia. Além disso, esta luta visa criar mecanismos de pensar como as mulheres, sujeitos políticos, podem fazer um diálogo como tomadores de decisão no sentido de reverter a situação que as desfavorece, de modo a usufruírem dos seus direitos.

Para Nzira de Deus, Directora executiva do Fórum Mulher, o contexto mostra que as mulheres trabalhadoras da terra são a maioria,

não só em Moçambique, mas em todas as regiões do mundo. Contudo, mesmo sendo a maioria, os desafios são vários. As mulheres rurais continuam não tendo acesso aos meios de produção, para além de terem pouco acesso à educação e aos espaços de tomada de decisão, facto que as impede de produzir, comercializar e fixar preços.

Outro desafio é que estas trabalhadoras rurais não têm acesso seguro à saúde, e a educação para seus filhos continua deficitária, realidade não tomada em consideração na hora da reformulação e desenho de políticas. As mulheres rurais continuam a fazer longas distâncias para ter acesso à água e a serviços básicos de saúde.

Outra grande barreira que tem vindo a se impor sobre as trabalhadoras da terra são os grandes investimentos na área da agricultura que vêm usurpando terras das mulheres, obrigando-as a buscar outras formas de rendimento ou então a vender sua mão-de-obra a um preço baixo. Por outro lado, a chegada de novos investimentos traz outro problema que é a introdução de sementes geneticamente modificadas (GMO), o que põe em risco o meio ambiente, a saúde das mulheres rurais, mas também a soberania alimentar de todos que sobrevivem da terra e de tudo que dela advém.



Justina Wiriamo, vice-presidente da União provincial dos camponeses de Nampula, considera triste a situação em que a mulher rural vive e sugere debates profundos para despertar a todas. “Sugiro que estes debates sejam feitos na base, nas comunidades afectadas pelo agronegócio porque as comunidades afectadas são as mesmas que batem as palmas e dizem que estão a receber empresa nova e que vai dar emprego, mas hoje são as mesmas que choram porque não entendiam o quê a empresa vai produzir. Isso iria abrir um pouco a mente dessas comunidades”, afirma. “Nós, em Nampula, fizemos isso e as comunidades conseguiram entender; se levantaram para proteger suas terras. Mas é preciso levantar ainda mais a mulher rural e creio que se expandirmos esse movimento das mulheres rurais na base a nossa luta irá para frente”, acrescenta.

Para Tereza Mboa, membro do FOMMUR e da Paralegal, não há nenhum presente sem passado, por isso é necessário que as mulheres rurais busquem no seu passado as soluções para os desafios que o presente as coloca. Mboa considera que o domínio da legislação é o passo para o fortalecimento da mulher. “Temos que pegar nas leis deste país e sensibilizarmos as mulheres que nunca tiveram oportunidade de participar numa formação desta porque se existirem pessoas que não entendem o que esta acontecer e não conhecem a lei de terras todos vamos chorar”, disse.

Tereza reconhece ainda que, apesar de ter sido formado um grupo de paralegais, pessoas que intervêm em casos de conflitos de terras ainda não conseguem exercer seu trabalho na plenitude, ainda que tenham domínio da legislação. Neste caso, a falta de estat-

uto das paralegais é o principal desafio. Mboa avança ainda que se as paralegais tivessem um estatuto bem definido elas iriam evitar muitos conflitos que ocorrem, pois fariam trabalhos de sensibilização das companheiras de trabalho, o que permitiria que esta classe estivesse consciente dos seus direitos e defendesse sua terra.

Sheila Manjate, coordenadora de participação política do Fórum Mulher, falando sobre liderança e participação política das mulheres, referiu que falar da liderança das mulheres não se limita apenas no campo, nem em posições de chefia, mas que todas as mulheres consigam, dentro do seu contexto de vivência normal, influenciar mudanças e transformações na vida das outras; essas são verdadeiras líderes. Na ocasião, Manjate convidou as participantes a usarem da sua liderança nas comunidades porque considera que todas as mulheres são líderes.

Por seu turno, Justina apesar de reconhecer os desafios da liderança feminina, considera que alguns avanços foram conquistados na província que representa. “Em Nampula, actualmente, há mais de cinco distritos liderados por mulheres e estes registam poucos conflitos de terra”, sustenta.

Mulheres rurais exigem uso de sementes nativas

Em Moçambique, as camponesas, continuam a usar as sementes nativas, as quais não dependem do mercado ou de qualquer outro sistema convencional de conhecimento para a sua produção. Isto significa que elas sempre tiveram seus sistemas sustentáveis de gestão de sementes.

No actual contexto caracterizado pela chegada de grandes investimentos no sector agrícola, o agronegócio, com o aval das autoridades governamentais, verifica-se uma crescente tendência que visa forçar as camponesas a usar as sementes industriais denominadas híbridas com maior enfoque para as sementes de culturas de exportação como a soja, algodão e etc.

Esta tendência está a semear preocupação no seio das mulheres camponesas, as guardiãs da terra. Justina Wiriamo, Vice-presidente da União Provincial de Camponeses de Nam-pula, disse que as suas sementes (nativas) estão a desaparecer e acusa o governo e algumas organizações da sociedade civil de promover o desaparecimento das sementes nativas, através da realização de campanhas, de forma secreta, junto de camponeses e camponesas com a justificativa de estar a promover o desenvolvimento agrícola. *“Hoje estamos a ver que as nossas sementes estão a desaparecer. O governo e algumas organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, estão junto a fazer uma campanha que vai aniquilar as nossas sementes”*, disse.

Rosa da Silva de 50 anos, camponesa

da Zambézia, diz que, desde que começou a trabalhar a terra, usa sementes nativas pois são seguras e protegem o ambiente. *“Comecei a produzir o arroz em 1992 usando a semente nativa e, até então, nunca tive problemas. Queremos continuar a usar as nossas sementes”*, frisou.

Para as mulheres rurais, mais do que um simples meio de produção, a semente é também um meio de transmissão de conhecimento, pois ela é passada de geração para geração, carregando a história dos antepassados. Ao explicar como deve ser usada e conservada, esta passará a ser um meio de preservação de hábitos culturais de produção de uma determinada geração para outra e por isso elas as definem a semente como a identidade e fonte de renda. *“Não queremos sementes híbridas, queremos as sementes nativas que herdamos dos nossos bisavós e avós. Com eles aprendemos técnicas de conservação natural. As sementes dizem de onde viemos. Tem a nossa identidade a nossa história que mais tarde iremos ensinar aos nossos filhos. Só temos terra para plantar hoje porque os nossos antepassados cuidaram”*, defende Teresa Mboa, camponesa

da Manhiça e Membro do FOMMUR. *“As nossas sementes são geneticamente puras, resistentes a certo tipo de doenças, seca e a mudanças climáticas. E nós não temos condições para comprar sementes todos*

“Não queremos sementes híbridas, queremos as sementes nativas que herdamos dos nossos bisavós e avós. Com eles aprendemos técnicas de conservação natural. As sementes dizem de onde viemos. Tem a nossa identidade a nossa história que mais tarde iremos ensinar aos nossos filhos. Só temos terra para plantar hoje porque os nossos antepassados cuidaram”

os anos. É por isso que fazemos a troca de sementes entre nós”, acrescentou Rebeca Mabui, membro do FOMMUR.

Por seu turno, Justina entende que *“as sementes actuais estragam-se antes de colher e não permitem que você use na próxima campanha agrícola. Enquanto as sementes antigas são boas não tem esses problemas e ainda por cima garante a biodiversidade”*, disse.

As sementes híbridas, para além de destruir o ecossistema, também devem ser compradas em cada época agrícola, o que não é economicamente sustentável para as trabalhadoras da terra, uma vez que elas não dispõem de capacidade de alimentar a sua produção com pesticidas, químicos e adubos químicos, pelo que o seu uso poderá suscitar bolsas de insegurança alimentar, desnutrição crónica e colocar em causa a soberania alimentar e o exercício do direito à alimentação.

Mulheres rurais exigem fim das Uniões Forçadas e Prematuras

Moçambique possui uma das taxas de uniões forçadas e prematuras mais altas do mundo e segunda maior taxa na África Austral. Segundo a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros (2016-2019), 48% das mulheres em Moçambique entre 20 anos de idade casaram-se antes dos 18 anos e 14% antes dos 15 anos de idade.

As uniões prematuras constituem uma violação dos direitos da criança, visto que o acto priva a rapariga do seu direito à escolha e também de acesso ao ensino escolar. O mesmo tem uma relação directa com o ciclo de pobreza e de desenvolvimento. Para além deste aspecto, trazem duras consequências à saúde das raparigas, normalmente relacionados com a gravidez precoce, fistula obstétrica, desnutrição e mortalidade materna.

A união forçada e prematura deriva de vários factores socioeconómicos, culturais e religiosos. Achia camal disse que os pais vêem neste uma forma de reduzir as despesas familiares. Para outros, principalmente no centro e sul do país é uma forma de adquirir bens materiais através da prática de lobolo. “As meninas são mandadas muito cedo ao lar simplesmente porque os tios ou os pais querem ganhar dinheiro à custa da rapariga. Com isto, interrompem a educação formal e compromete o futuro dela”.

A representante da Direção Provincial de Género, Criança e Acção Social de Manica partilhou alguns casos que esteve a acompanhar. “Tivemos casos onde os pais estavam a forçar as filhas a casarem. Quando nós entrevistamos, os



pais nos disseram que não éramos progenitores das crianças nem tínhamos nada a falar. Tentamos conversar com as mães para ver se saíam para ver qual era o perigo que crianças enfrentavam. Mesmo assim, as suas mães batiam o pé no chão. Mas, enquanto governo, tiramos a elas a força; não podíamos admitir o que estava a acontecer.” Nesta fala, o governo mostra a sua obrigação de fazer cumprir a lei que determina que nenhuma rapariga deve ser submetida a um relacionamento. Lembrar que a Lei da Família apenas abre excepção para uniões aos 16 anos. Contudo, o Fórum Mulher junto com demais membros estão a realizar campanha de advocacia para revogação deste artigo, devendo prevalecer como idade mínima para contrair o casamento os 18 anos.

Outro caso foi partilhado pela Elisa Domingos, membro do FOMMUR e residente em Moatize, Província de Tete. “Um senhor precisou de uma rapariga. Porque ele tem dinheiro, então, negociou com os pais da rapariga para casala. Quando ele falou com a menina,

negou dizendo que queria estudar. Os pais ao ouvir isso, expulsaram-na de casa e passou a dormir no mato. Por ela ter cansado da vida vulnerável que levava, acabou por aceitar o casamento com o homem. Nota-se que a menina só tinha 15 anos de idade e o homem tinha 45 anos. Passado algum tempo o homem proibiu a ela de estudar. Quando ouvimos daquela situação fomos falar com o homem e com os pais. Os pais estavam convencidos de que foi ela que desistiu da escola e não por ordem do suposto marido. No final de tudo, a menina perdeu o dito lar e a escola. Os pais ficaram sem voz”, partilhou.

Justina Wirimo diz que à semelhança dos pais que têm promovido os casamentos prematuros, lá estão os líderes comunitários. “Os líderes baseiam-se nas normas tradicionais as quais promovem os casamentos prematuros. São os líderes que promovem os ritos de iniciação sexual dizendo que faz parte da nossa cultura e temos que conservar a nossa tradição

As mulheres rurais rejeitam os casamentos prematuros, argumentando que os mesmos constituem um entrave para o futuro da criança. Assim, apela as autoridades do governo a trabalhar com as lideranças comunitárias para radicar este fenómeno. Ademais, apela a sociedade, principalmente as mulheres, para serem mais vigilantes e a denunciarem qualquer

tipo desse caso. Achia convida os pais a não impedirem as suas filhas do acesso à educação formal. Segundo ela, as raparigas que completaram a educação formal têm maior probabilidade de se casar antes dos 18 anos do que as raparigas que não tiveram acesso a esta educação.

O Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais, Fórum Mulher e um

amplo grupo de mulheres rurais organizadas em associações, núcleos e clubes feministas continuaram engajadas na luta em defesa dos direitos da rapariga, promovendo debates intercomunitários, interdomiciliárias, divulgando os direitos e quebrando os tabus que levam os pais e as raparigas a optarem por uniões forçadas e prematuras.

Mulheres rurais preocupadas com a desrespeito do direito de herança

Em Moçambique, a protecção da mulher e a garantia do direito à herança está na constituição da República, na Lei de Família e no direito Consuetudinário. Apesar dos avanços verificados na redução do analfabetismo e crescimento económico, e pese embora haja leis a favor da mulher, verifica-se que esta não usufrui dos seus direitos à herança.

A perda dos direitos à herança é mais notória em situações em que a mulher perde o seu marido. Rosa John, camponesa de Manica e mãe de 3 filhos explica como as mulheres são expulsas das suas casas ou terras pelos familiares do falecido marido “*uma mulher pode estar casada por muitos anos, no dia em que o seu marido morre, os familiares do marido expulsam a viúva. Mesmo sabendo que tem filhos ela é expulsa dizendo que não faz parte da família*”, explicou.

Elisa acrescentou que “*quando a mulher é expulsa, ela é proibida de levar alguma coisa da casa. Portanto, é forçada a sair, deixando tudo que há*

anos construiu com o marido”. Nestas situações a mulher perde recursos valiosos para a sua subsistência tais como terra, habitação, dinheiro, gado, insumos agrícolas, mobília e roupa. Esta situação deixa as viúvas sem acesso a um meio de subsistência e expostas a vulnerabilidades sociais e económicas e, não obstante, sujeitas a exploração e forçadas a encontrarem formas alheias de sobrevivência.

Fruto do trabalho das organizações da sociedade civil, em algumas regiões, as mulheres organizam-se em grupos democráticos e de solidariedade como associações como objectivo de velar pelos seus interesses como acontecem em Barue “*nós somos um grupo de mulheres que lutamos pelos direitos de outras companheiras. Em Barue, temos assistido muitos casos de mulheres que são arrancadas bens, e sofrem com seus filhos porque simplesmente os familiares do seu falecido marido lhe arrancaram tudo. Temos vindo a aconselhar homens e os*

líderes para não se engajar nessas práticas. Temos dito que os bens pertencem as crianças. Já intermediamos vários casos”. Explicou Anita, camponesa de Barue.

Face aos problemas de heranças, as mulheres aconselham as organizações da sociedade civil e o governo a engajarem-se na divulgação das leis que defendem os direitos da mulher como é o caso da Constituição da República, Lei da Família e a Lei das sucessões. Outrossim, é fundamental que o governo reative o programa de educação dos adultos principalmente nas zonas rurais.

O Fórum Mulher está a levar a cabo diálogo com o parlamento no sentido de sensibiliza-los sobre direitos das mulheres na lei das sucessões. Constituem elementos a alterar nesta lei, a posição do cônjuge ou unido de facto na linha de sucessíveis.

Trabalhadoras domésticas exigem melhores condições de trabalho

“Nós, trabalhadoras domésticas queremos ser respeitadas”

Esta exigência é feita pelas trabalhadoras domésticas. Apesar do trabalho doméstico constituir em Moçambique um sector de grande importância, tanto pelo número de postos de trabalho que este sector possui assim como pelas implicações sociais e económicas que dele decorrem, o Regulamento de Trabalho

doméstico proporciona menos direitos do que a Lei do Trabalho. Este não estabelece um salário mínimo, não regulamenta de forma específica o trabalho desempenhado por menores e não faz referência ao assédio que acontece no contexto de trabalho.

Por outro lado, dada a relação desigual entre empregadas e empregador, e o mercado de trabalho precário em que as trabalhadoras domésticas operam, o aumento de remuneração para este trabalho é geralmente deixado a boa vontade do empregador.



Ana Matilde, Secretária-geral da AMUEDO, refere que apesar dos nove anos de aprovação do regulamento do trabalho doméstico os desafios ainda são grandes. Para ela o governo não criou mecanismos para garantir maior implementação do regulamento, não tem mecanismos para verificar até que ponto as condições das mulheres domésticas melhoram graças ao regulamento ou mesmo a verificação de resultados com base neste instrumento. Dos

desafios por si avançados conta a fraca capacidade de controlo da Inspeção Nacional do Trabalho aos milhares de casas que são locais de trabalho deste grupo, a ausência de normas em relação ao salário, esclarecimento das tarefas específicas e as questões ligadas a segurança no local de trabalho. Outro não menos importante é o despedimento sem justa causa, sem pré-aviso e a falta de respeito e consideração por parte do patronato.

Matilde também reconhece que só a aprovação do regulamento já é um avanço, mas pede a quem de direito que melhore a situação das mulheres domésticas no país. “Queremos que o 28 de Novembro seja o dia de empregadas domésticas. Queremos que o governo nos coloque no sector sete conforme vem no nosso regulamento e defina o nosso salário mínimo”, exige.



Para fazer face a estes desafios, as participantes sugerem que a AMUEDO crie parcerias com a Associações da sociedade Civil e sindicatos nacionais regionais e internacional para fazer advocacia e

lobbys, de modo a exigir que o governo ratifique a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho digno para as trabalhadoras domésticas assalariadas e Lutar para transfor-

mar AMUEDO em sindicato nacional dos trabalhadores domésticos para se beneficiar da convenção 87 de liberdade sindical e negociação para os benefícios sociais dos trabalhadores domésticos.



Historias de vida: Minha terra , minha vida , meu futuro

Justina Wiriamo, camponesa de 43 anos, casada e mãe de cinco filhos, é residente no posto administrativo de Malema, distrito de Mutuali, bairro Namipua, actualmente zona afectada pelo projecto de produção de soja da empresa Agromoz. Justina nasceu numa família camponesa, e aos seis anos começou seu contacto com a terra graças aos ensinamentos da sua mãe, também camponesa. Para Justina, a terra é mais que um direito, mas sim uma vida. “A terra é minha vida porque sem a terra e a água eu não estaria viva. Olho como minha vida porque tudo o que eu preciso para viver provém da terra. Ela faz-me ser alguém”, explica.

Justina é dona de casa e responsável por alimentar a família. Da parcela herdada que Justina usa produz mandioca, feijão, milho e outras hortícolas. Na hora da acolheita, a produção é dividida em três partes, sendo que a primeira é conservada para a próxima sementeira, a segunda para consumo familiar e a terceira vai a venda para apoiar na educação dos filhos. Dos seus antepassados também aprendeu formas tradicionais de conservar a colheita e aperfeiçoou no projecto boas colheitas.

Reconhecendo que a terra é sua fonte de sobrevivência, Justina adoptou um tipo de agricultura que

não danifica ao ambiente. “Faço agricultura de conservação, não tenho que usar nenhum químico e não empobreço o solo, garanto que os meus filhos e netos possam também ter terra para produzir assim como meus avos deixaram para mim”, conta.



Mas com a chegada de novos investimentos na área da agricultura na comunidade, sente que estas boas práticas estão em risco. “A chegada de agronegócio fomenta práticas que prejudicam a nós e a terra. No passado tivemos um projecto de produção de jetrofa, produzimos, mas no final não tínhamos compradores, o que prejudicava os camponeses e a terra. Além disso, eles tiram-nos as melhores zonas de produção e matam nossos hábitos de conservação, nos impõem sua semente maléfica e destroem nossa cultura”, disse.

O Fórum Mulher e a UNAC têm levado a cabo formações e acções de sensibilização e educação aos camponeses sobre os seus direitos. Graças a essas formações Justina reconhece as mudanças na sua vida porque consegue defender a sua terra e questionar os líderes locais sobre a situação do distrito. “Antes

de ser formada pelo Fórum Mulher

todas as questões que me faziam eu dizia sim, eu não conseguia falar nem exercer meu poder de vice-presidente, eu deixava meu chefe falar por mim. Hoje eu sei interagir sem sentir medo. Graças as formações já sensibilizei muitas mulheres a se candidatarem para cargos de chefia e actualmente temos cinco associações lideradas por mulheres rurais”, acrescenta.

Posto administrativo de Malema, localiza-se na província de Nam-pula, no distrito de Mutuali. Conta com uma densidade populacional de cerca de 164 898 residentes de acordo com o censo de 2007.



Assim como a Justina, Rebeca Mabui também é uma mulher rural de 55 anos de idade, é trabalhadora da terra desde 1996, e vive no bairro de Kambenve, no distrito da Manhica, província de Maputo.

Actualmente é membro do fórum moçambicano das mulheres rurais que é também membro do Fórum Mulher. Depois de ficar viúva Rebeca perdeu todos os bens que acumulou com o seu falecido marido pois a família deste arrancou-lhe tudo deixando-a somente com os filhos para criar sozinha. Na sequência, ela foi obrigada a regressar à casa dos pais para recomeçar. Tendo, pois, herdado uma parcela de terra a mesma que usa até hoje.

Dos seus pais também camponeses aprendeu as formas tradicionais de cuidar da terra por isso até hoje usa agricultura ecológica, “eu uso a agricultura ecológica que os meus pais me ensinaram, mas na época

não sabíamos que era ecológica. Esta agricultura me ajuda a cuidar da terra e assim terei o que deixar para os meus filhos e netos. Da terra tiro quase tudo dependendo da época. É dessa produção que tenho as sementes para a época que segue, revendo para pagar escola

dos meus filhos e o resto fica para o consumo da família”, explica.

Apesar de ter aprendido formas tradicionais de cuidar da terra, Rebeca diz que sempre aprende

A terra significa vida porque me alimenta hoje, futuro porque deixarei para os meus netos. A terra é minha identidade, é minha vida por isso é um direito cultural, usamos de geração em geração e através dela e das sementes partilhamos nossa cultura com outras gerações e pelo mundo”, Rebeca.

novas práticas que possam contribuir para melhorar a sua vida rural. “Aprendi a não fazer queimadas a juntar capim que também ajuda a fertilizar a terra”. Conta

Para ela, a entrada de novos investimentos na área agrícola aumentou o nível de desafios das mulheres rurais “muito que o maior desafio

das mulheres rurais era o fraco nível de escolarização, hoje com o agronegócio os desafios aumentaram. O facto é que a mulher rural não está preparada para conviver com o agronegócio. Eles quando chegam ocupam grandes parcelas de terra e quem mais trabalha com a terra são as mulheres. Então a mulher rural precisa de ser preparada para entender a legislação, dominar a lei de terra, para que saiba como lidar com os novos investimentos”, defende.

Contudo, Rebeca reconhece que apesar dos desafios de disputa de terras que a sua comunidade vem enfrentado as mulheres têm conseguido manter-se fortes e resistentes. Aponta as formações dadas pela UNAC em parceria com o Fórum Mulher como factores que aumentaram a sua consciência política e de outras mulheres rurais. O FOMMUR, organização a qual Rebeca pertence é hospedado pelo Fórum Mulher que também tem sido responsável pelas várias formações e intercâmbios para troca de experiências e formações.

Para ela, a terra é mais que um simples pedaço. “A terra significa vida porque me alimenta hoje, futuro porque deixarei para os meus netos. A terra é minha identidade, é minha vida por isso é um direito cultural, usamos de geração em geração e através dela e das sementes partilhamos nossa cultura com outras gerações e pelo mundo”, afirma.

O que queremos? Vozes da conferência nacional da mulher rural



“A terra é fundamental para a nossa subsistência. É com a terra que alimentamos as nossas famílias. Da terra não só tiramos alimentos, como produzimos riquezas; pagamos a escola dos nossos fil-

hos. A terra é o que nos faz existir. Faz parte da nossa identidade. Sem a terra não somos ninguém”, disse Rosa da Silva, mulher camponesa da província da Zambézia, trabalhadora da terra a mais de 20 anos.

“Queremos que os megaprojectos sigam rigorosamente a legislação nacional. Que realizem consultas comunitárias conforme manda a lei; que as suas actividades não prejudiquem os nossos modos de vida; que não nos impeçam de aceder as nossas fontes subsistências (lenhas,

plantas medicinais, a terra para o cultivo, agua para o consumo, etc)”, Faustina Augusto



“Para os megaprojectos que operam na área florestal, queremos que concedam 20% da exploração para uso da comunidade. Temos

evidências de vários madeireiros que não deixam para a comunidade os tais 20%, pelo que exigimos que o Governo leve a cabo acções de

monitoria e de fiscalização sobre a concessão dos 20% a comunidade”, Lucia Salgado, camponesa e ponto focal de fórum em Sofala.

“Queremos ter o acesso, posse e controlo da terra, é só assim que podemos

trabalhar na terra tranquilamente”, disse Teresa Mboia, Camponesa

no distrito da Manhiça e membro do FOM-MUR.



“Queremos que os programas governamentais como sustenta priorizem o acesso da terra a mulher. Não queremos ouvir aqueles discursos

que dizem que a terra é registada em nome do responsável da família (considerando homem) porque tanto o homem

como a mulher são responsáveis pela família”, disse Achia.

Financiado



Parceiros de implementação



Parceiros

